



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1961.

*Na sede da revista "O Cruzeiro",  
ao ser homenageado pelos "Diários  
Associados".*

Compareço a esta festa, de confraternização da inteligência, do trabalho e da cultura nacional, para, mais uma vez, manifestar publicamente minha maior admiração pelas atividades da imprensa brasileira, de que a revista "O Cruzeiro" é uma expressão das mais altas e legítimas.

A contribuição da nossa imprensa na mobilização da opinião pública pela defesa dos postulados constitucionais tem sido uma lição constante de patriotismo, uma página de honra das nossas melhores tradições democráticas. Os acontecimentos recentes, que abalaram o País, revelaram que no plano político já atingimos elevado grau de maturidade, do qual as provas mais evidentes foram a espontânea resistência popular na salvaguarda das liberdades públicas e a solução pacífica da grave crise.

Bem posso avaliar o quanto representa, neste processo da nossa evolução democrática, a participação da imprensa falada e escrita, verdadeiro fôro universitário ao alcance do povo. Creio, entretanto, necessário reiterar que a tão alto nível de educação política do povo brasileiro devem corresponder, em benefício da harmonia nacional, novas e imediatas conquistas na marcha do desenvolvimento econômico do País e, principalmente, no campo da justiça social. Até os mais descrentes estão hoje convencidos de que é possível e necessária a mobilização de uma grande força popular e democrática em apoio às soluções justas para os grandes problemas nacionais.

Nosso país está enfrentando graves questões de crescimento e organização, que constituem verdadeiros desafios à competência e à capacidade administrativa do Governo. São questões que dizem respeito às próprias bases da vida brasileira, à estruturação das nossas forças produtivas, em termos que permitam alcançar-se o nível superior de uma economia moderna.

Essas questões preocupam, sem dúvida, a todos os que detêm uma parcela de responsabilidade no exercício do poder. Nascido das urnas livres e soberanas, o poder político deve necessariamente buscar nas exigências supremas do desenvolvimento nacional a inspiração dos seus atos. Nossa situação está indicando, a cada hora que passa, que não podemos comprometer com uma conduta hesitante o encaminhamento adequado e racional dos problemas fundamentais do País.

De minha parte, tudo tenho feito para cumprir o meu dever. Desde o primeiro instante da recente crise político-militar, sempre constituiu minha principal preocupação empreender todos os esforços em benefício da pacificação geral da família brasileira, mesmo que isto acarretasse até o sacrifício de um mandato que por duas vezes o povo diretamente me conferiu, inclusive no último pleito.

Assim, depois de seis anos de pleno exercício da Vice-Presidência da República, sem nenhuma contestação legal, não vacilei em aceitar uma fórmula que me foi apresentada sob a inspiração dos que nela desejavam encontrar, na fase aguda da crise, o denominador capaz de evitar que o País afundasse, ou corresse o risco de afundar-se, em uma guerra entre irmãos, suscetível até mesmo de constituir ameaça à nossa soberania, em meio às grandes dificuldades internacionais em que vivemos.

Com os olhos voltados para o Brasil, com o pensamento voltado para Deus, e certo de bem interpretar os sentimentos generosos do nosso povo, não me recusei a trilhar o caminho apontado como o do entendimento em benefício da paz para todos os brasileiros. Tudo estêve em minhas mãos para deflagrar um movimento de resistência legalista, em defesa da letra expressa e insofismável da Constituição. Qual foi, porém, a minha decisão? O Brasil inteiro é testemunha do meu procedimento. Contrariando manifestações de amplas camadas populares, contrariando a exal-

tação cívica de poderosos contingentes, civis e militares, marchei em busca da harmonia nacional.

Assumi o Governo da República para cumprir rigorosamente um mandato, embora em termos diferentes daquele que me fôra conferido pelo povo em eleições livres. Eu estava convencido, e ainda estou, de que minha atitude só poderia contribuir para a pacificação dos ânimos e para o prestígio internacional do nosso país. Agi de coração limpo, isento de qualquer sentimento inferior de despeito ou vaidade. Estou certo de que ofereci ao País a melhor contribuição que poderia dar aos meus irmãos brasileiros.

Assumindo o compromisso, nunca tive uma palavra de amargura; ao contrário, tudo tenho feito, em palavras e atos, para que o nôvo sistema político instituído no Brasil, votado com elevados objetivos de concórdia, não venha a sofrer qualquer desvirtuamento.

As possíveis deficiências na elaboração de uma emenda constitucional, votada com a urgência requerida por uma crise político-militar, num país que há 70 anos vivia sob o regime presidencialista, não podem ser a mim debitadas. Conheci a nova emenda quando cheguei a Brasília. No exterior, não tive oportunidade de examiná-la; se porventura contém contradições, se possui lacunas, se precisa ser melhorada, se é necessário ajustá-la à nossa realidade social, vamos, então, tratar de realizar essa tarefa.

Não é de admirar também que o povo não se mostre ainda familiarizado com o atual sistema, que veio a conhecer na madrugada do dia 3 de setembro último. Estarei sempre pronto a cooperar para que o sistema instituído se ajuste cada vez mais e melhor à realidade do País, e para que possa ser aplicado como instrumento eficiente na conquista das reivindicações populares.

As críticas e até as acusações, que me fazem, eu as recebo com a maior compreensão e não seriam neste momento objeto de qualquer referência se elas às vezes não ultrapassassem os propósitos de uma crítica objetiva e honesta, se também não partissem, como tem ocorrido, de empedernidos desajustados à realidade nacional.

O que estamos observando, desgraçadamente, é que aqueles que, ontem, procuravam contrariar os legítimos anseios de legalidade do povo, hoje insistem em não se conformar com a nova

ordem constitucional, e contra ela se manifestam em termos claramente subversivos. Transigimos, cedemos, e o fizemos com altivez patriótica e humildade cristã. Em troca, nas áreas batidas pelo inconformismo e pelas frustrações, conspira-se contra o interesse nacional.

São poucos, graças a Deus, em número e qualidade, e já marcados pelo povo. Mal o Governo pôde instalar-se e eles já tentam golpeá-lo. Quanto mais o Brasil exige paz e tranqüilidade para solução de seus problemas fundamentais, mais eles, sempre os mesmos, se desesperam para semear, através da intriga e da conspiração, a intranqüilidade e a desordem.

Quando classes produtoras e classes trabalhadoras de todo o País, num alto espírito de compreensão, oferecem a sua colaboração para que o novo Governo possa iniciar uma ação de congraçamento indispensável às reformas básicas desejadas pelo povo, os inconformados de variados matizes lançam-se à obra impatriótica da divisão, como método; do ódio, como instrumento; do golpe, como objetivo.

Enganam-se porque não conhecem o povo e não percebem o amadurecimento político que ele já atingiu nos últimos anos, no aprendizado do sofrimento e das manobras de seus inimigos. Conseguissem os conspiradores lançar o Brasil na chama da desordem, e seriam eles os primeiros tragados pela fúria do incêndio que ateassem. Se, porém, teimarem em seus intuits, muito cedo deverão prestar contas à vontade firme do povo, guiado pela sua vocação democrática.

Como Chefe da Nação, dirijo-me veementemente a todos os brasileiros, lançando-lhes um apêlo à compreensão e à concórdia, em defesa da legalidade. Dirijo-me, também, ao povo e especialmente aos trabalhadores de tôdas as categorias, aos estudantes e intelectuais, às classes produtoras, a tôdas as fôrças vivas da Nação, para que se mantenham alerta e vigilantes, contra quaisquer pruridos golpistas, partam de onde partirem, pois o País necessita de paz para se desenvolver, e a segurança da família brasileira não pode ficar exposta à sanha de inimigos da ordem e da lei. Confie-mos no patriotismo das Fôrças Armadas e da maioria esmagadora

dos brasileiros, que sabem que sòmente no clima da paz poderemos conduzir o País ao destino que todos almejamos.

Quero repetir o que há poucos dias disse ao povo paulista: "De nada adiantará a paz política se ela não servir de base à paz social". Por essa paz é a nossa grande batalha, para a qual todos os brasileiros estão convocados. Com a paz política e a paz social aperfeiçoaremos e consolidaremos a democracia no País. As reformas de base, que estão sendo reclamadas nas praças públicas e nas entidades de classe, impõem aos brasileiros espírito aberto às transformações necessárias, através de uma decidida e consciente colaboração.

Na verdade, de nada adiantam as formas abstratas ou as palavras de simples adulação popular, se não encontrarmos as soluções para os problemas básicos da nacionalidade.

Considerando a difícil situação em que vivem as classes assalariadas e a elevação vertiginosa do custo de vida verificada neste último ano, o Govêrno, depois de auscultar o pensamento de empregados e patrões, acaba de fixar novos níveis para os salários-mínimos, em todo o País. Determinou ainda o Govêrno providências imediatas destinadas à contenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a fim de que possam ser mantidos os valores reais dos novos salários decretados.

São medidas de emergência, reclamadas pelas dificuldades que assoberbam o povo. Deverão completar-se com medidas de profundidade, a se consubstanciarem nas reformas de base, único meio de elevar-se, em definitivo, o padrão de vida do povo. É indispensável, porém, que se compreenda — no plano da cooperação que estamos solicitando de tôdas as classes sociais — que os novos salários não devem servir de pretexto a aumentos injustificáveis e intoleráveis.

Reafirmo o meu propósito de leal colaboração ao nôvo sistema de govêrno e de integral apoio ao Gabinete, constituído de homens de elevado patriotismo, de larga fôlha de serviços ao País, chefiado pelo meu eminente amigo o Primeiro-Ministro Tancredo Neves, cidadão de acendrado patriotismo e de experiência política e administrativa.

Não abrigo outras aspirações políticas, pois, cedo ainda, confiou-me o destino a tarefa histórica, em uma encruzilhada difícil, de trazer a minha contribuição à paz social, dentro da legalidade democrática. Alimento, sim, uma aspiração: ser digno dessa incomparável missão e cumprir sem vacilações o meu dever. Nada mais quero, a nada mais aspiro, na vida pública. Este propósito honesto e sincero, longe de me desvincular das minhas origens e de negar o apoio que sempre recebi do povo, mais ainda me liga aos humildes do meu país.

Tenho com o povo brasileiro compromissos a que não faltarei. Foi ao calor dos sentimentos populares, no contato com os trabalhadores e suas reivindicações, que construí tôda a minha vida pública. Espero em Deus que não me faltarão fôrças para manter essa velha lealdade aos que, com o seu trabalho, operários e homens de empresa, estão na vanguarda do desenvolvimento brasileiro, na conquista da emancipação econômica do nosso país.

Há poucos dias ouvi, das representações mais legítimas das classes produtoras de São Paulo, a reafirmação dos propósitos com que elas se dispõem a colaborar em um programa de paz e de justiça social. A realização desse programa, na verdade, depende fundamentalmente do esforço e da compreensão dos que exercem as atividades produtivas do País, seja como empregados, seja como empregadores.

Ao agradecer aos que me proporcionaram êste convívio amável, com representações e personalidades tão marcantes em diversos setores da vida nacional, e ao proclamar a minha satisfação em encontrar-me entre os responsáveis por esta grande empresa, dos mais categorizados aos mais modestos, não poderia deixar de enviar daqui a expressão da minha admiração ao grande chefe ausente, o criador desta organização, ao ilustre brasileiro Embaixador Assis Chateaubriand, homem afeito aos embates, mas que hoje pode sentir o conforto da simpatia e da amizade de todos, inclusive daqueles que dêle divergiram, mas agora reconhecem os assinalados serviços por êle prestados ao País.